



CONTABILIDADE E SERVIÇOS, LDA

CIRCULAR 04/2013

CRÉDITO FISCAL EXTRAORDINÁRIO AO INVESTIMENTO (CFEI) -

LEI N° 49/2013 de 16 de julho

Lisboa, 20 de outubro de 2013

Estimados clientes:

Apesar de ter sido anunciado na comunicação social, algum tempo ainda antes da publicação do respectivo diploma sobre um benefício fiscal a descontar no IRC do investimento realizado no segundo semestre do ano, entendemos que devemos pegar neste assunto, nesta altura do ano.

Apesar da crise que, em muitos casos não permite fazer investimentos, a vida das empresas não pode parar e, para isso acontecer, deve haver investimento.

Porque está a aproximar o fim do ano e por vezes surge a dúvida de quando investir, pensamos ser importante um pequeno trabalho para esclarecer o diploma e lembrar, aqueles que estão esquecidos, que existe um incentivo.

Artº 2º

- Âmbito de aplicação

Todos os sujeitos passivos de IRC que exerçam uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, que tenham a sua situação fiscal e contributiva regularizada, o lucro fiscal não seja determinado por métodos indirectos e que disponham de contabilidade organizada.

Artº 3º

- Incentivo fiscal

Dedução à colecta de IRC no montante de 20% das despesas de investimento em activos afectos à exploração, que sejam efectuadas entre 1 de junho e 31 de dezembro do corrente ano.

- Montante máximo

O máximo de despesas elegíveis é de cinco milhões de euros.

- Dedução

A dedução é efectuada na liquidação de IRC do período de tributação que se inicia em 2013, até à concorrência de 70% da colecta desse imposto (ou seja, no máximo só pode reduzir o IRC em 70%, pagando o correspondente aos outros 30%).

O que não puder ser deduzida, pode ser nos cinco períodos de tributação subsequentes.

Artº 4º

- Despesas de investimento elegíveis

Consideram-se despesas de investimento em activos afectos à exploração as relativas a activos fixos tangíveis, adquiridos em estado de novo e que entrem em funcionamento ou utilização até ao fim do exercício de 2014.

São excluídas as despesas de investimento em activos susceptíveis de utilização na esfera pessoal, tais como: viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, barcos de recreio, mobiliário e artigos de conforto/decoração (salvo quando afectos à actividade produtiva ou administrativa) e as incorridas com a construção, aquisição, reparação e ampliação de quaisquer edifícios (salvo quando afectos à actividade produtiva ou administrativa).

Considera-se que os terrenos não são activos adquiridos em estado de novo.

Os activos subjacentes às despesas elegíveis devem ser detidos e contabilizados por um período mínimo de cinco anos ou durante o respectivo período mínimo de vida útil (se inferior).

Artº 6º

- Obrigações acessórias

A contabilidade deve evidenciar o imposto que deixe de ser pago em resultado do benefício, mediante menção do valor no ABDR, relativa ao exercício em que se efectua a dedução.

Esperamos que seja útil este nosso trabalho.

Com os melhores cumprimentos.

A.Pereira